

# Tarefas urgentes do Congresso



Enviados os primeiros projetos de emenda constitucional ao Congresso, apenas começa a luta do governo para desempenhar as engrenagens que reduzem o ritmo potencial do desenvolvimento brasileiro. A arena se transfere do Palácio do Planalto para o Congresso, muito embora a responsabilidade do presidente da República não tenha cessado com o envio das mensagens ao Legislativo. É da natureza do regime que o Executivo empene os recursos de que dispõe para influenciar legitimamente o Parlamento, na busca da aprovação dos instrumentos que crê adequados à defesa dos interesses nacionais. O presidente Fernando Henrique Cardoso, tudo indica, fará esse acompanhamento com o mesmo espírito com que presidiu a elaboração dos projetos de emenda constitucional: com os olhos voltados unicamente para o interesse nacional e sem dar ouvidos aos burburinhos que sugerem os caminhos subalternos do dácá-toma lá.

O Congresso que examinará as emendas vem renovado em cerca de 50% de seus membros, mas nem, por isso é inexperiente. Boa porção dos parlamentares que assumiram seus mandatos vem de experiências anteriores no próprio Legislativo federal, foram governadores, prefeitos, deputados estaduais ou vereadores. Têm, portanto, a exata noção do quanto é crucial para a história deste país o momento que ajudarão a construir. Entram no

olho do furacão logo em sua primeira semana de mandato, com a memória ainda fresca dos compromissos assumidos com uma população que, majoritariamente, deseja as reformas que abram perspectivas de um futuro de crescimento econômico, bem-estar social e estabilidade política. Não têm em sua agenda política, ademais, tarefa que se equipare em importância e possa distrair-lhes a atenção e o tempo.

O presidente da República, recentemente eleito com o mandato explícito de produzir as reformas constitucionais e estruturais que o País reclama, manifesta comprovadamente a disposição de fazê-lo. A Nação reconhecidamente anseia por mudanças e tem pressa. O Congresso, eleito nas mesmas circunstâncias que levaram o sr. Fernando Henrique Cardoso para o Palácio do Planalto, está agora sendo chamado a responder aos reclamos gerais e da forma expedita que a urgência dos tempos impõe.

Os projetos de emenda constitucional enviados ao Congresso não têm as características partidárias da exclusão, que produzem divisões imediatas e automáticas entre as bancadas. São propostas que traduzem o senso comum que faltou em 1988 e podem, portanto, ser aceitas por todos. É claro que existem os

do contra. Não serão os mesmos que se opuseram à revisão constitucional de 1993. Muitos daqueles reconheceram o equívoco e ainda hoje se penitenciam por ter acompanhado o corpo mole com que o sr. Itamar Franco sepultou a salvaguarda que os constituintes fizeram contra si mesmos. O PT, o PDT e outros partidos de esquerda dificilmente conseguirão se apresentar coesos para votar contra os projetos de emenda agora submetidos ao Congresso. Sempre haverá quem reclame da

forma desta ou daquela emenda, mas de suas essências serão poucos os que poderão discordar, a menos que professem o mais retrógrado estatismo.

Nem por isso a tramitação das emendas poderá adquirir o ritmo acelerado que todos gostariam de ver. Os regimentos da Câmara e do Senado impõem os passos da moderação e da ponderação ao processo de emenda constitucional e, mesmo que a matéria atraia a simpatia geral, não é possível a sua tramitação em menos de 45 dias nas duas casas. É verdade que os prazos podem ficar bastante dilatados, se em cada etapa for utilizado todo o tempo que o regimento prevê. É de vital importância, portanto, que o presidente da República e os presidentes e líderes dos partidos que formam

sua base de apoio escolham presidentes de comissões especiais e relatores que ajam com presteza e façam da ocasião antes um exemplo de eficiência política e parlamentar do que uma demonstração de brilho bacharelesco.

Além de manter uma saudável pressão sobre os parlamentares que o apóiam, acrescido de trabalho de persuasão junto àqueles suscetíveis de aceitar os princípios incorporados ao lote de emendas, o presidente da República

pode dar outro grande contributo para a facilitação do trâmite de suas mensagens. Atravancam a pauta do Congresso, graças à superprodução do Executivo e à proverbial preguiça da última legislatura,

70 medidas provisórias e 70 vetos presidenciais à espera de votação. Seria prudente que o presidente Fernando Henrique Cardoso reduzisse ao mínimo a edição ou reedição de medidas provisórias para que o Congresso possa se concentrar com afinco na tarefa mais importante que tem nas mãos: o exame e a votação das emendas constitucionais — as cinco iniciais e as que em seguida forem remetidas, que estão sendo aguardadas com tanta ansiedade pelo País.

**A arena mudou para o Congresso, mas o papel do presidente é vital para a aprovação das emendas**